

Sempre o défice e a dívida?

Opinião
Ricardo Cabral



A proposta de Orçamento do Estado de 2021 (OE 2021) deixa transparecer que o Governo está muito preocupado com o défice e, sobretudo, com a dívida pública. Esta última, que tinha sido reduzida em termos relativos, com muitos custos políticos e sociais (e austeridade *soft*), de 131,5% do PIB em 2016 para 117,2% do PIB em 2019, dispara para 133,8% do PIB em 2020, qual trabalho de Sísifo.

É um orçamento optimista, no sentido em que se assume que, com medidas de estímulo relativamente diminutas, a crise covid-19 será em formato V, perfeito, com um crescimento nominal do PIB de +6,3%, recuperando toda a actividade económica perdida em 2020 e deixando o PIB nominal de 2021 exactamente igual ao pico atingido em 2019. E seria essa evolução que permitiria à dívida pública cair de novo ligeiramente, mantendo-se na barreira psicológica dos 130(,9)% do PIB.

Só que se afigura que, sem medidas mais significativas de estímulo adicional à economia, o PIB nominal não crescerá os almejados 6,3% em 2021, podendo até diminuir, dependendo da continuação dos efeitos da pandemia, o que colocaria a dívida pública bem a caminho dos 140% do PIB.

Não está em causa que o peso da dívida pública portuguesa não seja preocupante. Contudo, a estratégia orçamental que é mais eficaz para a redução sustentada da dívida pública passará por assegurar um crescimento rápido e sustentado da economia portuguesa. Só com crescimento rápido o défice e o peso da dívida no PIB podem cair.

O que se conhece desta proposta

de OE 2021 deixa transparecer o medo (do peso) da dívida pública, porque se procura minimizar a despesa e o investimento público no actual contexto. Definem-se medidas relativamente pequenas e limitadas no tempo, com a despesa pública a aumentar 1,9%. Assim, o OE 2021 não parece contrariar de forma suficientemente robusta a recessão económica causada pela covid-19.

Há, no entanto, muito de positivo na proposta de OE 2021. Após anos em que os estabilizadores automáticos foram perdendo importância, a covid-19 veio revelar que são necessários instrumentos mais consistentes que permitam assegurar transferências públicas quando o mercado de trabalho sofre um choque negativo muito significativo, como a prestação social extraordinária para os trabalhadores independentes deste OE2021.

E o Estado continua a apoiar empresas, trabalhadores e famílias, disponibilizando-se para absorver uma parte do choque que a economia está a sofrer e reforçando os recursos humanos e financeiros do SNS.

Não obstante, a proposta de OE 2021 peca por omissão de medidas robustas de estímulo à retoma, medidas que inspirem confiança numa altura de incerteza, nomeadamente: uma redução das taxas normal, intermédia e reduzida do IVA; um aumento significativo do investimento público para além daquele que será financiado pelo Fundo Europeu de Recuperação e Resiliência; um aumento de todas as pensões de reforma e não apenas das mais baixas; um aumento do emprego público mais significativo; e, finalmente, um aumento dos salários dos funcionários públicos que, em conjunto com os pensionistas, são os lesados desta política orçamental que continua a tratar o défice e a dívida como as mais elevadas prioridades!

Professor de Economia do ISEG